



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 8792

**Presidente da Mesa Diretora:** Antônio Silveira de Sá

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Utilidade Pública

**Autoria:** Eduardo Rodrigues Madureira

**Data:** 26/02/2013

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 22/2013. Concede o título declaratório de utilidade pública municipal à “Associação Barú Cultural”. (Referente à Lei nº 4.589, de 11/04/2013).

**Controle Interno – Caixa:** 25.11

**Posição:** 06

**Número de folhas:** 05

---

classe: P2  
categoria: Utilidade pública  
25.11  
ano: 06  
mês: 22

Nº 09/2013



09.04.2013

# Câmara Municipal de Montes Claros

Lei nº 4.589, de 11/04/2013

PROJETO DE LEI Nº 22/2013

AUTOR:

Ver. Eduardo Rodrigues Madureira

ASSUNTO:

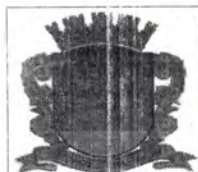
Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a  
Associação Barú Cultural.

## MOVIMENTO

1 - Entrada em 26/02/2013  
2 - Comissão de Legislação e Justiça.

3 - APROVADO EM REGIME DE  
4 - URGÊNCIA E N. 09-04-2013

5 -  
6 -  
7 -  
8 -  
9 -  
10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - MG

PROJETO DE LEI Nº **22**/2013

*Concede Título Declaratório de Utilidade Pública.*

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a entidade civil, legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de "**ASSOCIAÇÃO BARU CULTURAL**", inscrita no CNPJ sob o nº 13.172.035/0001-50, com sede à Rua Miosótis, nº44, Bairro Sagrada Família, neste município de Montes Claros/MG.

**Art. 2º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal  
de Montes Claros

22 de fevereiro de 2013

VEREADOR EDUARDO RODRIGUES MADUREIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
6 JUSTIÇA  
EM 26 DE ABRIL DE 2013  
A. Silva  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM COMISSÃO POR  
REGIME DE URGÊNCIA  
EM 09 DE ABRIL DE 2013  
PRESIDENTE





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 022/2013 QUE “CONCEDE TÍTULO DECLARATÓRIO DE UTILIDADE PÚBLICA”, DE AUTORIA DO VEREADOR EDUARDO RODRIGUES MADUREIRA.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 27 de fevereiro de 2013.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605



## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 22/2013**

**AUTOR: Ver. Eduardo Rodrigues Madureira**

**MATÉRIA: “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública à Associação Baru Cultural” .**

#### **I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 26/02/2013, com entrada na Sala das Comissões no dia 28/02/2013.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto pretende conceder título declaratório de utilidade pública municipal a **Associação Baru**.

Nos termos do Estatuto, a referida associação tem dentre outras finalidades a de difundir as expressões culturais e de identidade através de pesquisa, desenvolvimento, produção e apresentação de eventos de natureza educacional, cultural, ambiental e de entretenimento; promover a inclusão, principalmente das pessoas em vulnerabilidade social; estimular as habilidades artísticas e a criatividade, promover a inclusão digital fomentar e trabalhar a cultura e ecologia.

Verifica-se que a matéria versa sobre assunto de interesse local e atende os requisitos legais previstos em lei, tendo em vista que foram juntados os documentos necessários à concessão do título.

Sendo assim, esta Comissão entende que a proposição não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e/ou constitucionais.

#### **III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 13 de março de 2013

Presidente: Ver. Valcir Soares Silva \_\_\_\_\_

Vice-Presidente : Ver. Ladislau Ronaldo Ferreira \_\_\_\_\_

Relator: Ver. Alfredo Ramos Neto: \_\_\_\_\_